

Levantamento revela crescimento de êxito em *habeas corpus* apresentados ao STF pela Defensoria Pública de Minas

Resultado revela importante aumento no índice de decisões favoráveis obtidas pelo Núcleo de Atuação da DPMG junto aos TS's. Número de HCs sobre crimes insignificantes chama a atenção

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) obteve êxito em 38% dos *habeas corpus* (HC's) e recursos ordinários em *habeas corpus* (RHC's) apresentados pelo seu Núcleo de Atuação junto aos Tribunais Superiores ao Supremo Tribunal Federal (STF), durante o período de agosto de 2017, data da instalação do Núcleo, até dezembro de 2022. O dado foi apurado em estudo recente, com foco na atuação criminal, realizado pelo Núcleo. O levantamento, que consta na 2ª edição da pesquisa "A Defensoria Pública de Minas Gerais e o Supremo Tribunal Federal", mostra que o percentual de 28% de êxito, verificado na 1ª edição do levantamento (2017-2020), foi superado.

O levantamento atual agrega os números do estudo anterior ao período de julho de 2020 até dezembro de 2022, e aponta a distribuição de 533 de HC's e RHC's, desde a instalação do Núcleo. No total, dos 401 julgados, 150 resultaram em ordens concedidas. O recorte do dado revela que, no total, 76% das ordens concedidas resultaram em absolvição, extinção da punibilidade, imposição de regime aberto e/ou substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

Princípio da insignificância penal – No que se refere às matérias objeto de julgamento, assim



Gráfico mostra porcentagem de ordens deferidas em relação aos HC's/RHS's julgados entre ago./2017 e dez./2022: 38%

como na 1ª edição do estudo, chama atenção a grande quantidade de ordens de *habeas corpus* concedidas, no todo ou em parte, envolvendo a aplicação do princípio da insignificância.

No documento, a defensora pública Adriana Patrícia Campos Pereira e o defensor público Flávio Wandek, que atuam no órgão, em Brasília, observam que até a inauguração do Núcleo a atuação criminal da Defensoria mineira junto ao Supremo Tribunal Federal era limitada, restringindo-se aos recursos extraordinários apresentados.

[Leia na íntegra e acesse o documento](#)

DPMG e Instituições do Sistema de Justiça requisitam adequações no acolhimento em BH de refugiados venezuelanos da etnia Warao

PÁGINA 2

Defensoras públicas participam de roda de conversa sobre políticas públicas voltadas para mulheres quilombolas



PÁGINA 3

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque _____ PÁGINA 2
- > Deu na mídia _____ PÁG. 2 e 3
- Defensoras públicas analisam violência de gênero e contra crianças em artigos veiculados no jornal *Estado de Minas*** _____ PÁGINA 3
- > Institucional _____ PÁG. 2 e 5
- > Mundo oficial _____ PÁG. 4 e 6
- > Inspirando novas atitudes _____ PÁG. 3, 4, 5 e 6
- > Acontece na DPMG • Prêmio _____ PÁG. 6 e 7
- > Procedimentos e comunicados internos _____ PÁGINA 8

AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG e Instituições do Sistema de Justiça requisitam adequações no acolhimento em BH de refugiados venezuelanos da etnia Warao

Em ofício conjunto com outras instituições do Sistema de Justiça, a Defensoria Pública do Estado de Minas (DPMG) requisitou informações sobre as condições de acolhimento dos refugiados venezuelanos da etnia Warao, que estão abrigados em Belo Horizonte. O documento também recomendou providências para a solução de problemas relacionados às condições de higiene, saúde, educação, assistência social, alimentação, regularização migratória, organização do espaço, bem como para correção de debilidades quanto ao processo de escuta da comunidade acolhida, amparo, orientação e encaminhamento das pessoas refugiadas aos serviços públicos.

Além da Defensoria de Minas Gerais, assinam o ofício o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU) e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). O documento é dirigido à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e ao Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) que, por meio de termo de parceria firmada com o Município, é responsável pela acolhida, acompanhamento e integração culturalmente sensível dos refugiados indígenas da etnia Warao.

Datado de 17 de março, o ofício requisita informações detalhadas sobre a acomodação dos núcleos familiares acolhidos em cada um dos imóveis alugados pelo projeto, bem como sobre o cadastramento e atualização de CAD Único de todas as pessoas integrantes da comunidade, para que tenham acesso aos benefícios socioassistenciais a que tenham direito.

O defensor público Paulo César Azevedo, que está à frente da Coordenadoria Estratégica de Tutela Coletiva da DPMG, e assina o documento pela Defensoria, juntamente com a defensora Rachel de Aguiar Passos, da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), observa que a situação de indígenas Warao em situação de refúgio no Brasil é especialmente desafiadora. "São, a um só tempo, pessoas que saíram de uma situação de carência do seu país de origem, mas também uma comunidade étnica tradicional que merece proteção à sua cultura e aos seus modos peculiares de fazer e viver", pondera o defensor público.

[Leia na íntegra e acesse o ofício conjunto](#)



DEU NA MÍDIA

REFUGIADOS

Defensor público fala sobre atuação em favor dos indígenas Warao em BH

[TV Globo / Bom Dia Minas](#)

Entrevista DPMG



Instituições estaduais e federais pedem melhorias no atendimento prestado a indígenas venezuelanos, em BH

[TV Globo / MGTV2](#)

PESQUISA DPMG E O STF

Defensoria de Minas anula no STF 38% de condenações de pessoas vulneráveis

[Portal Uai / Além do Fato](#)

MUTIRÃO DAS FAMÍLIAS

Defensoria Pública promove acordos para encerrar processos

[Rede Minas](#)

No link abaixo, veja mais repercussões do mutirão

[+ DESTAQUES](#)

INSTITUCIONAL

Defensoria de Minas em Sete Lagoas recebe profissionais da Segurança Pública

Na quarta-feira (22/3), a Unidade da Defensoria Pública de Minas Gerais em Sete Lagoas recebeu o diretor regional da 19ª Região Integrada de Segurança Pública (Risip), Raimundo Leonardo de Faria, para uma reunião institucional com as defensoras públicas Camila Cortes Rezende Silveira Dantas e Nívea de Matos Lacerda e o defensor público Daniel Teixeira Dantas. Durante o encontro, foi feita a apresentação dos novos dirigentes do Presídio Promotor José Costa, o diretor-geral Tarcísio Flaviano da Silva e o subdiretor Reinaldo Santos de Oliveira.

Na ocasião também foram alinhados pontos importantes dos trabalhos realizados entre a unidade prisional e a Defensoria Pública do Estado.



NA MÍDIA

Defensoras públicas analisam violência de gênero e contra crianças em artigos veiculados no jornal *Estado de Minas*

Resenhas sobre temas atuais e sensíveis, publicadas em duas edições no mês de março, demandam reflexão e conscientização

Para nós, mulheres – Na edição do dia 8 de março, data da celebração do Dia Internacional da Mulher, o periódico trouxe o artigo “Para nós, mulheres”, de autoria da coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Cedem), da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves. No texto, Samantha Vilarinho faz uma breve análise da violência de gênero contra as mulheres e suas consequências e pontua algumas atitudes individuais e ações integradas com foco na prevenção e enfrentamento do problema.

[Clique para ler](#)

Epidemia silenciosa – No dia 23 de março, o artigo “Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma epidemia silenciosa”, da coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes (Cededica), da DPMG, defensora pública Daniele Bellettato Nesrala, alerta para a expressiva estatística desse crime no Brasil. O artigo traz informações práticas, como a caracterização do crime, sinais que a criança pode apresentar e que podem ser indicativos, além de orientações sobre como abordar o assunto com as crianças e ouvi-las de forma sensível. O texto também cita legislações e indica caminhos para se obter ajuda, entre eles a Defensoria Pública.

[Acesse aqui para ler](#)

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Roda de conversa sobre políticas públicas voltadas para mulheres quilombolas

As defensoras públicas Samantha Vilarinho Mello Alves, coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, e Ana Cláudia Alexandre Storch, em atuação na Defensoria Especializada dos Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, órgãos da Defensoria Pública do Estado, participaram no sábado (18/3) de roda de conversa com mulheres quilombolas.

O encontro, realizado no bairro Santa Inês, em Belo Horizonte, teve apoio do Governo Federal, da ONG Moradia e Cidadania, da Mariana Crioula e da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais. Além da roda de conversa, a programação incluiu discussões sobre o planejamento estratégico para fortalecimento de políticas públicas voltadas às mulheres e a mesa “Políticas públicas para mulheres e a inclusão das mulheres quilombolas”.



Também participaram Andréia de Jesus, a deputada estadual; Sandra Maria da Silva, coordenadora regional da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; Priscila Neves Silva, pesquisadora do Instituto Rene Rachou (Fiocruz Minas); e Márcia Campanharo Zanetti, coordenadora técnica da Emater/MG.

Defensores públicos em Curvelo: palestra sobre *bullying* nas escolas



A convite da direção psicopedagógica do Colégio Franciscano Santo Antônio, no dia 8 de março, os defensores públicos Adalberto Pelli e João Otávio Santiago Martelleto, ambos em atuação na Unidade da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em Curvelo, ministraram palestra sobre *bullying* escolar. Durante a atividade de educação em direitos, os defensores explicaram o conceito de *bullying*, suas causas e consequências, bem como o regramento legal no ordenamento jurídico brasileiro. O evento teve a presença de pais e alunos, que puderam tirar dúvidas sobre o tema ao final da explanação dos palestrantes.

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Debate em celebração ao Dia das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé

A defensora pública e coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria Pública mineira (Cedem), da DPMG, Samantha Vilarinho, participou na terça-feira (21/3) de mesa de debate em comemoração ao Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial e Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé.

Com o tema “O papel do estado laico: a garantia dos direitos das mulheres e a liberdade de crenças”, a defensora pública iniciou sua fala citando a frase do professor catedrático Boaventura de Souza Santos: “Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize”.

Durante o debate, Samantha Vilarinho defen-

deu que apesar de as pessoas serem diferentes, não podem ter direitos distintos. “A Defensoria é a instituição que garante justiça a todas as pessoas que dela necessitam, seja por uma hipossuficiência econômica ou por uma vulnerabilidade jurídica”.

A roda de conversas foi realizada pelo Fórum das Comunidades Tradicionais de Terreiros no Conselho Regional da Juventude, em Belo Horizonte.

Participaram também do debate, a inspetora da Guarda Civil Municipal da Capital, especialista em segurança pública e cidadania, Abgail Catarina; a rainha da guarda de congado Nossa Senhora do Rosário, Evelina Amélia; e a pastora e teóloga Ana Esther. A mediadora do debate foi a vice-presidente do Conselho Municipal da Igualdade Racial de BH (Compir), Neli Martins.

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



No alto, à esquerda, na sequência: Neli Martins, Evelina Amélia, Samantha Vilarinho, Abgail Catarina e Ana Esther

MUNDO OFICIAL

Lançamento de programa institucional antirracista do MPMG

FOTO: MPMG



O defensor público Vladimir de Souza Rodrigues, em atuação na Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH) da Defensoria Pública de Minas Gerais, participou da solenidade de lançamento do programa Sobre Tons, do Ministério Público Estadual. O lançamento aconteceu na terça-feira (21/3), data em se comemora o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial e Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em Belo Horizonte. O Sobre Tons é uma iniciativa institucional com o objetivo levar conteúdos informativos sobre questões raciais para o cotidiano dos integrantes do MPMG.

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensora pública discute em audiência criação de protocolo contra importunação sexual em locais públicos de BH

A coordenadora da Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência (Nudem-BH), da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), defensora pública Maria Cecília Pinto e Oliveira, participou da audiência pública para discutir a criação do protocolo de combate à importunação sexual que atenda a todas as mulheres nos espaços públicos e privados de lazer, em Belo Horizonte. A reunião aconteceu na terça-feira (21/3), na Câmara Municipal, de forma híbrida.

O protocolo tem o objetivo de definir que bares, restaurantes, boates, clubes noturnos e casas de espetáculos devem proporcionar toda a segurança necessária para resguardar a integridade física e psíquica das mulheres que trabalham ou frequentam tais locais. Uma vez identificada a possibilidade de eventual violência dentro do estabelecimento, os funcionários deverão estar preparados para atuar de modo a prevenir ou combater a conduta violadora.

De acordo com Maria Cecília o protocolo visa dar apoio à vítima de violência sexual em bares, baladas e ambientes de lazer.

Carnaval e estádios – Durante o encontro, a defensora pública mencionou a campanha da DPMG durante o Carnaval, com a distribuição de tatuagens removíveis, com a mensagem “Assédio Não”. A Defensoria também atua junto a outros espaços, como os estádios Mineirão e Independência, articulando campanhas de conscientização contra esse tipo de prática. “Nós estamos à disposição para participar dos debates, também da Câmara Municipal, para construir, conjuntamente, o protocolo”, disse.

Participaram também da audiência representantes da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), da Câmara de Diretores Lojistas (CDL-BH), das Polícias Militar e Civil e do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

[Leia na íntegra](#)

Defensor público destaca importância da atuação em rede em audiência que celebrou o Dia da Síndrome de Down

O defensor público Luís Renato Braga Arêas Pinheiro, titular da Coordenadoria Estadual da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), participou na terça-feira (21/3) da audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O encontro teve como tema “Conosco, não para nós”, que oferece as diretrizes de ações e reflexões no Dia Mundial da Síndrome de Down.

Luís Renato é também coordenador-geral da Rede de Proteção da Pessoa com Deficiência das Instituições do Sistema de Justiça e Instituições Públicas do Estado de Minas Gerais; membro da Comissão Especial do Direito das Pessoas com Deficiência da Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos (Anadep) e gestor do projeto “Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção”, da DPMG.

A audiência, realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, teve como foco a luta pela igualdade de oportunidades para este público.

[Clique para assistir à audiência na íntegra.](#)

FOTOS: HENRIQUE CHENDES/ALMG



Durante a audiência, defensor público Luís Renato Arêas Pinheiro destacou a importância de atuação em rede na proteção da pessoa com deficiência

INSTITUCIONAL

Reunião no Censa Betim – No dia 22 de março, o defensor público Luís Renato Braga Arêas Pinheiro se reuniu com a diretora do Centro Especializado Nossa Senhora D’Assumpção (Censa), de Betim, Natália Inês Costa e debateram assuntos relacionados às pessoas adultas e idosas com deficiências severas. Durante o encontro foi sugerida a possibilidade de realizar um seminário na DPMG, com o objetivo de discutir os direitos das pessoas adultas e pessoas idosas com deficiência leve, moderada ou grave.



INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensora pública participa de audiência sobre a “Política Nacional de Atenção às Pessoas em Situação de Rua”

A defensora pública Júnia Roman Carvalho, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), participou de audiência pública realizada pelo Núcleo de Voluntariado e do Comitê PopRua/Jus do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). O encontro ocorreu na quarta-feira (22/3) e reuniu representantes do Poder Público, pessoas em situação de rua, instituições públicas e organizações não governamentais, com atuação na promoção de direitos e políticas públicas voltadas à população de rua.

Representante do Movimento Nacional das Populações de Rua, Samuel Rodrigues sintetizou, as várias demandas da população de rua, indicando ainda soluções para parte delas. Ele também expressou o “prazer cívico” em participar da audiência, que considerou um importante passo dado pelo Judiciário para tomar conhecimento das demandas e promover ações preventivas para que as pessoas não cheguem à situação de rua.

A defensora Pública Júnia Roman, mediante a narrativa da trajetória de rua vivenciada por um dos presentes, afirmou estar atenta à questão de

FOTO: EULER JUNIOR/TJMG



Defensora pública Júnia Roman Carvalho durante a audiência pública do Comitê PopRua

como pode ser prejudicial que o Poder Público aja baseado em ideias pré-concebidas sobre a população sem teto.

Durante a audiência, os participantes se manifestaram com reivindicações e sugestões acerca das situações já vivenciadas, principalmente aquelas em que há percepção de dificuldade de acesso ou mesmo inexistência de direitos da população de rua.

Com informações TJMG.

MUNDO OFICIAL

Coordenadora da DPMG em Janaúba comparece à entrega do título de cidadão honorário ao procurador-geral de Justiça



A coordenadora da Defensoria Pública de Minas Gerais em Janaúba, defensora pública Claudiane Gomes, participou da solenidade de entrega do título de cidadão honorário ao procurador-geral de Justiça do Estado, Jarbas Soares Junior. A cerimônia aconteceu na Câmara Municipal de Janaúba, na quarta-feira (15/3). Presentes também o prefeito José Aparecido, o presidente da Câmara, Ramon Alexandre Araújo, vereadores, representantes do Ministério Público, Tribunal de Justiça, Polícias Militar e Civil, entre outras autoridades locais.

ACONTECE NA DPMG

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS
promove

**CASAMENTO
COMUNITÁRIO
DE BELO HORIZONTE**

CLIQUE E SAIBA
COMO PARTICIPAR

Com amor
e seu direito ao
centro das atenções

ACONTECE NA DPMG • ITINERANTE

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS PROMOVE

DEFENSORIA ITINERANTE

Atendimentos nas áreas de **Família, Cível, Criminal**, entre outras.

NOVA PORTEIRINHA

📅 30 março 2023 ⌚ 12h30 às 16h30

📍 Centro Comunitário Colonização III

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS PROMOVE

DEFENSORIA ITINERANTE

Atendimentos nas áreas de **Família, Cível, Criminal**, entre outras.

MATIAS CARDOSO

📅 31 março 2023 ⌚ 09h às 13h

📍 Espaço SCFV
Avenida Hudson Chaves s/n - Alto Bonito



ACONTECE NA DPMG • ENVIO DE ARTIGOS

Prazo para envio de artigos para a 9ª edição da Revista da DPMG vai até o dia 12 de abril

Conforme o Aditivo nº 01 ao Edital nº 01/2023, os artigos deverão ser encaminhados até o dia 12 de abril, exclusivamente por mensagem dirigida ao e-mail revista@defensoria.mg.def.br, contendo também um breve currículo de quem assina o trabalho.

[Clique para ler o Aditivo nº 01](#)

[Clique para ler o Edital nº 01/2023](#)



ACONTECE • PRÊMIOS

Inscrições abertas para o Prêmio Innovare 2023

Iniciativa está em sua 20ª edição e busca identificar, premiar e divulgar práticas que contribuem para o bom funcionamento da Justiça no Brasil

Para concorrer ao prêmio, os interessados devem acessar o site do Instituto Innovare e inscrever suas práticas até 8 de maio. As sete categorias desta edição – Tribunal, CNJ, Juiz, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia e Justiça e Cidadania – terão tema livre. Na categoria Justiça e Cidadania, o Innovare também receberá práticas de profissionais de qualquer área. Os interessados em concorrer nesta categoria deverão apresentar práticas que, por meio da Justiça, contribuam para o fomento da cidadania brasileira.

Já a categoria Destaque homenageia um dos criadores do Innovare, com o tema "Defesa da Democracia e do Estado de Direito", concedendo o Prêmio Márcio Thomaz Bastos. Poderão ser inscritas as práticas indicadas pelo plenário do órgão.

Lançamento – A cerimônia de lançamento da 20ª edição do Prêmio Innovare aconteceu no dia 9 de março, na sede do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília.

[Clique e acesse o site do Instituto Innovare](#)



IMPORTANTE: Faça seu login no 'Gerais' antes de clicar nos links

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS I

DEFENSORIA-GERAL

Abertura de consultas para cooperação

>> *Inscrições por e-mail, direcionados para cooperacao@defensoria.mg.def.br :*

- **Belo Horizonte / 1ª Defensoria dos Juizados, JESP Fazenda Pública** – acumulação compartilhada de 4 de abril a 5 de maio de 2023, podendo ser prorrogado ou antecipado. Inscrição por e-mail, até as 12h do dia 30 de março de 2023.

Resolução nº 1590/2023 (DODP 25/03/2023)

- **Betim / Defensoria Cível** – acumulação compartilhada de 30 de março a 21 de junho de 2023, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição por e-mail, até as 13h do dia 29 de março de 2023.

Resolução nº 1592/2023 (DODP 25/03/2023)

Diário Oficial Eletrônico da DPMG

[Acesse aqui as publicações](#)

Encaminhamento da recomposição salarial 2023

A Defensoria Pública-Geral informou, no dia 20/03, que encaminhou nesta data ao Poder Legislativo Projeto de Lei contendo a recomposição da inflação para 2023, conforme IPCA acumulado no último ano, relativamente aos subsídios, remunerações e proventos. A proposição fixa a data de 1º de abril para a vigência.

A Defensoria Pública-Geral acompanhará a tramitação legislativa, mantendo todas e todos informados como de costume.

CÂMARAS DE ESTUDOS

Câmara de Estudos de Métodos Adequados de Solução de Conflitos e Atuação Extrajudicial divulga análise da consulta sobre atuação perante os cartórios extrajudiciais

A Câmara de Estudos de Métodos Adequados de Solução de Conflitos e Atuação Extrajudicial divulga a análise do questionário de consulta aos coordenadores locais, às Defensorias Especializadas e às Câmaras de Estudos, para diagnosticar as principais dificuldades em relação à atuação perante os cartórios extrajudiciais pelas defensoras públicas e defensores públicos lotados na capital e no interior.

Foram recebidas 105 respostas, totalizando 92% de adesão à pesquisa.

[Clique para ler a análise do questionário.](#)

COOPROC

Coordenadoria de Projetos e Convênios divulga relatório 2022

[Clique e acesse o documento](#)



NOTA DE PESAR

A Defensoria Pública de Minas Gerais comunica, com pesar, o falecimento **sr. Gerson Morais Quintão, pai da defensora pública Daniela Duarte Quintão**, em atuação na Desits Criminal. O velório ocorreu no sábado (25/3), em Santa Luzia.

Aos familiares e amigos, nossas condolências e solidariedade.

_____ // _____ FIM